

RECEBIDO NA DITEL Em 8 106 125 Horas 09 : 00 Por: [Judar B : Source

MENSAGEM Nº 122/2025-ALE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso Autógrafo de Lei Complementar nº 136/2025, que "Revoga o § 5º da Lei Complementar nº 1.023, de 6 de junho de 2019, e dá outras providências".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2025.

Presidente – ALE/RO

PALÁCIO MARECHAL RONDON Av. Farquar, 2562 - Olaria - Porto Velho-RO CEP: 76801-189 ATENDIMENTO: (69) 3218-1400 CNPJ: 04.794-681/0001-68



AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR № 136/2025

Revoga o § 5º da Lei Complementar nº 1.023, de 6 de junho de 2019, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica revogado o § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 1.023, de 6 de junho de 2019, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações, o Quadro de Pessoal dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências".

Art. 2º Os auxílios saúde, alimentação, transporte, educação, creche, funeral e extraordinário, além de outros que vierem a ser instituídos não se aplicam aos agentes públicos inativos e aos pensionistas do Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2025.

Deputado ALEX REDANO Presidente – ALE/RO



Assunto: Encaminhamento de Mensagem e Projeto de Lei.

Senhor Presidente.

- 1. Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência e com substrato jurídico na prerrogativa inserta no art. 66, inciso II, da Lei Complementar n. 154, de $1996^{\left[\frac{1}{2}\right]}$, encaminho, para apreciação e deliberação dessa augusta Casa Legislativa, a Mensagem e o Projeto de Lei Complementar que visa revogar o § 5° do art. 10 da Lei Complementar n° 1.023, de 06 de junho de 2019
- 2. Dessa forma, temos a certeza de que tal proposição, ora apresentada, devidamente instruída e justificada, terá por parte desse Poder Legislativo a atenção que sempre foi dispensada a este Tribunal de Contas.

Atenciosamente.

Conselheiro **WILBER COIMBRA**Presidente TCERO



[1] Art. 66 Compete ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno: (Redação dada pela Lei Complementar nº.806/14) [...] || - representar o Tribunal de Contas do Estado; (Redação dada pela LC nº.806/14)



Documento assinado eletronicamente por **WILBER COIMBRA**, **Presidente do TCERO**, em 17/06/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº</u> 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da <u>Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tcero.tc.br/validar, informando o código verificador **0883199** e o código CRC **10732CCA**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 004466/2025

SEI nº 0883199

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:



Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA LO LO

MENSAGEM

Falpa of Rottle

RECE DO

17 JUN 2025

Servidor (nome legivel)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES E SENHORAS PARLAMENTARES DESSA AUGUSTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa augusta **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia** o incluso **Projeto de Lei Complementar**, que visa **revogar o § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 1.023, de 06 de junho de 2019**, incluído pela Lei Complementar n. 1.218, de 18 de janeiro de 2024.

A presente proposição decorre da necessidade de promover adequação do ordenamento jurídico à realidade recamentária e financeira do Tribunal de Contas do Estado. Explico.

No âmbito do SEI nº 005161/2024, a **Secretaria de Planejamento e Governança (SEPLAG)**, após criteriosa análise técnica, manifestou-se pela indisponibilidade de recursos orçamentários do Tribunal de Contas para atender a regra disposta no § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 1.023, de 06 de junho de 2019.

Ademais, destaca-se os esforços deste Tribunal para a responsabilidade na gestão fiscal, a sustentabilidade financeira que se protrai na linda dinâmica do tempo do Tribunal de Contas e, por consequência, a continuidade e eficiência dos serviços públicos de controle externo, para fins de não comprometer as atividades precípuas deste Órgão de Controle Externo.

Diante desse contexto, a revogação da norma inserta no § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 1.023, de 06 de junho de 2019 se impõe como medida de racionalização, prudência administrativa, equilíbrio fiscal, justa expectativa quanto à capacidade orçamentária-financeira do Tribunal para com os potenciais beneficiários, parcimônia com os gastos públicos, em absoluta consonância com o interesse público, os princípios da gestão responsável e, sobretudo, com a sustentabilidade transgeracional das finanças públicas.

Neste cenário, **submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa respeitável Assembleia Legislativa**, confiando no elevado espírito público e no compromisso dos nobres Parlamentares com a governabilidade, a responsabilidade fiscal e o fortalecimento das instituições do Estado de Rondônia.

Renovo, na oportunidade, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Cons



Documento assinado eletronicamente por **WILBER COIMBRA**, **Presidente do TCERO**, em 17/06/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u> e do art. 4º da <u>Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tcero.tc.br/validar, informando o código verificador **0883204** e o código CRC **FB1D02DA**.

Referência:Processo nº 004466/2025

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/F

ASSINATURA

MOSINATURA





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № ____/2025

Revoga o § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 1.023, de 6 de junho de 2019, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA.

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 1.023, de 6 de junho de 2019, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações, o Quadro de Pessoal dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências".

Art. 2º Os auxílios saúde, alimentação, transporte, educação, creche, funeral e extraordinário, além de outros que vierem a ser instituídos não se aplicam aos agentes públicos inativos e aos pensionistas do Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em ___ de _____



Documento assinado eletronicamente por WILBER COIMBRA, Presidente do TCERO, em 17/06/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tcero.tc.br/validar, informando o código verificador 0883321 e o código CRC F4AD8618.

Referência:Processo nº 004466/2025

SEI nº 0883321

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone: